

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA JUÍZA DE DIREITO DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR  
CONTRA A MULHER DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO XXXXXXXX/UF**

**Autos nº**

**FULANO DE TAL**, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, por intermédio da Defensoria Pública do Distrito Federal, oferecer as suas **ALEGAÇÕES FINAIS**, com fulcro no artigo 403, §3º, do Código de Processo Penal, o que o faz nos seguintes termos:

**1 - SÍNTESE DO PROCESSO**

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios denunciou XXXXXXXXXx pela prática da conduta descrita no artigo 129, §9º, do Código Penal, na forma do art. 5º, inciso III, da Lei n.11.340/06.

Citado pessoalmente, o acusado, por meio da Defensoria Pública, apresentou resposta à acusação (fl. 49).

Em audiência de Instrução e Julgamento, realizada no dia 23 de maio de 2017, a vítima foi ouvida e, posteriormente, o acusado foi interrogado. Em audiência, o Juízo manifestou interesse em que a vítima realizasse laudo complementar, a fim de verificar se houve limitação nos movimentos do braço da vítima. Por conseguinte, foi juntado o laudo de fls. 109/110.

O Ministério Público apresentou as alegações finais da acusação à fl. 112/114, pugnando pela condenação do acusado nos termos da denúncia.

Vieram então os autos à Defensoria Pública, para apresentação das alegações finais.

**2 - DO MÉRITO**

Encerrada a instrução criminal, a Defesa não se opõe ao pedido condenatório, em face da palavra coesa da vítima, que apresentou a mesma versão daquela já exposta na Delegacia, bem como tendo em vista a confissão judicial e extrajudicial do réu.

Por outro lado, no que tange à dosimetria da pena, os pedidos deduzidos pelo *Parquet* não devem ser acolhidos, senão vejamos.

Inicialmente, as circunstâncias judiciais não se revelam desfavoráveis ao acusado, porquanto não extrapolaram àquelas normais à espécie. Quanto às consequências do crime, a própria vítima relatou que não ficou com sequelas e, no mesmo sentido, o laudo de fls. 109/110 consignou que a vítima não ficou incapacitada, por mais de 30 dias, para suas ocupações habituais, bem como o fato não resultou em debilidade permanente de membro, sentido ou função. Tanto ficou evidenciado

que não houve consequências drásticas do fato que a vítima já voltou a conviver com o réu e, aliás, manifestou que “*queria dar baixa no processo*”.

Também não deve incidir a agravante prevista na letra “d” do inciso II do artigo 61 do Código Penal. Isso porque o crime não foi praticado com emprego de “*veneno, fogo, explosivo, tortura*”. **Observe-se que a utilização de ferro de passar não pode ser equiparada ao “fogo” , sob pena de violação ao princípio da interpretação mais favorável ao acusado.** No mais, não se pode considerar que o meio empregado pelo autor foi insidioso, cruel ou tenha causado perigo comum.

Conceitua a doutrina que “*meio insidioso é aquele em que se verifica o emprego de mecanismos para a prática do crime sem que a vítima tenha qualquer conhecimento*”<sup>1</sup>. São exemplos dados pelo legislador a traição, a emboscada e a dissimulação. *In casu*, a vítima não foi surpreendida pela atuação do réu, o qual já chegou agressivo na residência.

Meio cruel constitui-se como aquele “*que causa sofrimento desnecessário à vítima, ou que revela uma brutalidade incomum*”<sup>2</sup>. O grande exemplo apontado pela doutrina é a tortura, a qual é um meio cruel por excelência, em que o agente causa sofrimento desnecessário à vítima. Na espécie, o acusado não torturou a vítima e não praticou nenhum outro fato que seja reconhecido por sua brutalidade exacerbada.

Ademais, a conduta perpetrada pelo réu não gerou qualquer perigo comum, donde emerge descabida a incidência da agravante prevista na letra “d” do inciso II do artigo 61 do Código Penal.

*Ad argumentandum tantum*, ainda que se admita a incidência da referida agravante, a utilização do ferro de passar roupas para a prática das lesões não pode ser valorada por duas vezes – uma como circunstâncias e outra como agravante –, sob pena de violação ao princípio do *bis in idem*.

Por fim, deve ser reconhecida a atenuante da confissão espontânea, porquanto o acusado admitiu os fatos tanto na fase inquisitiva quanto na fase judicial.

### 3. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, requer seja julgado parcialmente procedentes os pedidos do Ministério Público, julgando-se procedente a denúncia, reconhecendo-se a atenuante da confissão espontânea, fixando-se a pena no mínimo legal, bem como concedendo ao acusado o benefício da suspensão condicional da pena.

Pede deferimento,

---

<sup>1</sup> <https://jus.com.br/artigos/9433/consideracoes-acerca-da-disciplina-do-crime-de-homicidio-no-codigo-penal-brasileiro>

<sup>2</sup> <https://jus.com.br/artigos/9433/consideracoes-acerca-da-disciplina-do-crime-de-homicidio-no-codigo-penal-brasileiro>

LOCAL E DATA.

**FULANO DE TAL**  
Defensora Pública do UF